

“Pensar em cidadania é pensar em
cooperação social”

“To think about citizenship is to think about social
cooperation”

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos em uma sociedade, e, ao contrário do pensamento de muitos, exercê-la vai além da escolha eleitoral. Em um contexto complexo como o atual, muitas dúvidas acerca do tema vêm à tona: Como exercer a cidadania em tempos de crise? Qual a relação entre cidadania e as instituições nacionais vigentes? E como as manifestações sociais se incluem no exercício cidadão e democrático?

Tendo em vista a necessidade da discussão, a *Revista de Cultura e Extensão USP* entrevistou o pesquisador Sérgio Adorno, professor titular em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. O sociólogo traça um panorama lúcido sobre a atual situação política do Brasil, os movimentos sociais e o processo de construção da cidadania em meio a isso.

DIANA HELENA DE
BENEDETTO POZZI,
BRUNO ROBERTO
PADOVANO, PRIMAVERA
BORELLI, SUZANA
HELENA DE AVELAR
GOMES, WALDENYR
CALDAS E ISADORA
VITTI

Universidade de São Paulo.
Pró-Reitoria de Cultura e Ex-
tensão Universitária, São Pau-
lo, Brasil



SÉRGIO FRANÇA
ADORNO DE ABREU

Universidade de São Paulo.
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, São Pau-
lo, Brasil

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Atualmente se fala muito em falta de cidadania e é dada ênfase à conduta dos políticos. Entretanto, cabe a pergunta: seria falta de cidadania dos políticos ou dos cidadãos que os elegem?*

Sérgio Adorno – Em primeiro lugar, eu acho que tivemos avanços no Brasil nos últimos 25 anos. Vários estudiosos reconhecem que a sociedade brasileira hoje é muito diferente do que era 30 anos atrás. O cidadão tem consciência pública dos seus direitos e é capaz de falar o que é certo e errado com uma justificativa que não se tinha há 50 anos. Isso tem a ver com o reconhecimento de que as diferenças são legítimas quando são toleradas com a pluralidade de opiniões que enriquece a democracia e, também, com a maior escolarização das pessoas.

Eu não acho que possamos dizer que não há cidadania. Os direitos estão consagrados na Constituição e os cidadãos podem reivindicar esses direitos. No entanto, nós precisamos saber que a democracia é um sistema social e político, por meio do qual se busca estabelecer regras mínimas, reconhecendo que as diferenças são legítimas, e o que não é legítimo é a conversão das diferenças em desigualdades

hierárquicas, como as de gênero, raciais, de geração, de riqueza e poder. É preciso ser socializado desde a infância para aprender a respeitar as diferenças, ser tolerante, aprender que há horas em que é preciso ceder para se ganhar. É preciso que uns se vejam no sofrimento dos outros e que sejam solidários com a dor dos outros. Temos a ilusão de que a democracia é só um processo eleitoral; certamente essa exigência é parte da democracia. Ela não é só isso. Democracia tem a ver também com a vida cotidiana, com o respeito aos direitos do seu vizinho, das crianças e das mulheres com quem, inclusive, convivemos nos espaços domésticos. A vida democrática não significa a ausência de conflitos ou tensões, mas é

TEMOS A ILUSÃO DE QUE A DEMOCRACIA É SÓ UM PROCESSO ELEITORAL; CERTAMENTE ESSA EXIGÊNCIA É PARTE DA DEMOCRACIA. ELA NÃO É SÓ ISSO. DEMOCRACIA TEM A VER TAMBÉM COM A VIDA COTIDIANA, COM O RESPEITO AOS DIREITOS DO SEU VIZINHO, DAS CRIANÇAS E DAS MULHERES COM QUEM, INCLUSIVE, CONVIVEMOS NOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS.

muito melhor viver em uma sociedade na qual, a despeito dos conflitos, é possível expressar o seu ponto de vista e ter liberdades, do que viver em uma sociedade na qual se é permanentemente vigiado, na qual não se tem liberdade de ir e vir, na qual você não sabe se seu vizinho é solidário ou se ele está te vigiando para denunciar qualquer comportamento que não lhe agrada. A democracia ainda é o melhor modelo de convivência coletiva e intersubjetiva.

Um segundo aspecto a ser considerado é que democracia é também fruto de um permanente e constante processo de construção, pois as garantias constitucionais hoje conquistadas poderão ser consideradas insuficientes no futuro próximo. A demanda por direitos acompanha as mudanças societárias. Em alguns momentos, vivemos uma época

de grandes avanços; e em outras, de crises. Isso acontece – e aqui eu vou usar o argumento de Marx – segundo o qual nenhuma sociedade propõe problemas que não possa resolver. Hoje, por exemplo, estamos enfrentando uma crise de liderança política: se olhássemos o cenário político 40 anos atrás, seguramente concordaríamos que estávamos em uma crise também, porém àquela época contávamos

com algumas figuras que podiam costurar acordos, como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e outros. Figuras que, de alguma maneira, eram respeitadas. Hoje, depois de mais de 25 anos de retorno do país à democracia, encontramos-nos em período de grave crise, todavia não estamos encontrando aquelas figuras capazes de administrar conflitos, nem na velha classe política nem nas jovens lideranças que estão surgindo.

Eu diria que o problema não é a falta de cidadania; a questão é: “Quais são os requisitos da cidadania que não estão sendo respeitados nesse momento e nessa conjuntura política?”

Suzana Avelar – *Como podemos delinear o perfil de "cidadania" hoje no Brasil, frente à falta de respeito com a qualidade de cidadão?*

Bruno Padovano – *E em uma democracia imbuída pela corrupção?*

SA – Acho que a ideia de uma cidadania universal é mais abstrata do que real. É claro que podemos dizer que homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, nacionais e estrangeiros podem viver a experiência da cidadania de formas diferentes uns dos outros. Eu posso reconhecer que, na prática, as vivências políticas dependem da inserção dos (as) cidadãos (ãs) em grupos determinados, com suas singularidades identitárias. Por isso, é difícil imaginar que os direitos possam ser assegurados sem considerar as diferenças, por exemplo, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças. A despeito das diferenças, há direitos universais, como o direito à vida. Contudo, os direitos específicos de grupos determinados devem ser equiparáveis à de todos os demais. É preciso reconhecer as diferenças e especificidades e construir espaços sociais nos quais essas diferenças sejam intercambiáveis, negociáveis. Por exemplo, temos que educar nossos jovens dizendo o seguinte: nós estamos em um espaço onde o assédio sexual e o moral são inaceitáveis. O que nós temos que fazer para abolir esses comportamentos reprováveis? Para isso, é preciso que os homens, sobretudo os pré-adolescentes e jovens, em geral socializados em uma cultura flagrantemente machista, tenham tido igualmente a oportunidade para desenvolver uma atitude crítica em relação ao seu comportamento, para ver as mulheres como cidadãs que tem idênticos direitos de realização e participação sociais, políticas e culturais. Isso é um longo aprendizado e é preciso abdicar de determinadas convicções que estão quase que introjetadas na pele. E pensar: por que é que não podemos pensar diferentemente?

A construção da cidadania é um processo

O PROBLEMA NÃO É O CONFLITO EM SI, MAS A MANEIRA DE ENCAMINHÁ-LO, DE SOLUCIONÁ-LO, SEM IMPOR SOFRIMENTO E OPRESSÃO ÀS PARTES EM LITÍGIO, EM DISPUTA, EM OPOSIÇÃO. PARA MIM ESSE É O SEGREDO DA VIDA DEMOCRÁTICA.

complexo, não basta dizer que os direitos humanos são reconhecidos como universais. É preciso dar amostras, na vida cotidiana, de que minha atitude é muito firme com relação a essas questões de convivência e que eu não vou transigir em nome de quaisquer valores que possam vir a depreciar a personalidade ou identidade de quem quer que seja. Sob esse aspecto, a Universidade é um espaço diferenciado e privilegiado, e o que devemos disputar é conhecimento e ideias. É disputar projetos para a sociedade, disputar o que nós podemos transferir para a sociedade em benefício da qualidade de vida, do meio ambiente, da convivência, do respeito, da dignidade dos outros e da cooperação. Pensar em cidadania é pensar em cooperação social. Eu acho que estamos vivendo um período crítico e é preciso

reverter isso, entender que as pessoas podem ser solidárias, e que a partir da solidariedade para com os outros é possível ter uma vida razoável, ainda que os conflitos existam e muitas vezes perdurem por longos períodos. O problema não é o conflito em si, mas a

maneira de encaminhá-lo, de solucioná-lo, sem impor sofrimento e opressão às partes em litígio, em disputa, em oposição. Para mim esse é o segredo da vida democrática.

Isadora Vitti – *Como o senhor analisa a violência, e grupos como os black blocks em manifestações? Qual seria o significado desses grupos na luta pelos direitos e construção da cidadania?*

SA – Antes de tudo precisaremos fazer um pequeno preâmbulo histórico. Um sociólogo francês, Michel Wievioka, escreveu um livro que considero uma das melhores referências bibliográficas para compreender a violência nas sociedades contemporâneas. Nesse livro, o capítulo introdutório aborda os novos paradigmas da violência. Segundo esse sociólogo, com a emergência dos movimentos revolucionários do último quartel do século XVIII e até recentemente, digamos até meados do século XX, a

violência era entendida como um instrumento de força capaz de fazer com que determinadas pessoas ou grupos conduzissem ações em determinado sentido contra outros sentidos possíveis. Por exemplo, a luta dos povos coloniais contra a opressão dos povos colonizadores. Essa luta era considerada legítima, por exemplo, nos movimentos de libertação latino-americanos no século XIX – o uso da violência contra o opressor colonialista era legítima. E isso aconteceu depois também na Ásia, na África. Prevalencia a ideia de que a violência tinha sentido, significado e certa legitimidade.

Existia também, na linha de raciocínio, a luta dos trabalhadores contra a opressão capitalista brutal. Imagine o que é o capitalismo no final do século XVIII e ao longo do século XIX: longas jornadas de trabalho, condições muito precárias e insalubres, risco de acidentes e contaminação, baixos salários. Então, os trabalhadores se valeram da violência para impor limites à exploração e à opressão, e isso igualmente era aceito como legítimo. Era uma forma de libertação. Curiosamente, forças políticas de direita, que justificavam os golpes contra os movimentos de esquerda em nome da sociedade liberal, também julgavam que o uso da força e da repressão contra esses movimentos era uma forma de conter o avanço do comunismo, o que lhes parecia do mesmo modo legítimo.

Eu estive recentemente na França e vi o lançamento de um livro muito famoso chamado *Os condenados da terra*, do escritor François Faon, quem se dedicou a justificar a violência contra os colonizadores europeus no continente africano. Um dos destaques do livro é o prefácio escrito por Sartre. Trata-se de um libelo radical, em que ele justificava toda a forma de violência, por mais dura que fosse, em nome da liberdade e da luta contra a opressão.

No final dos anos 60 e ao longo dos anos 70 começa a haver uma mudança de percepção. O avanço

progressivo das democracias que se seguiam à queda das ditaduras mostrou que era possível enfrentar problemas e conflitos sociais e políticos com o apelo à negociação, à discussão e aos instrumentos institucionais de resolução de conflitos, tais como parlamento, conselhos e câmaras de mediação. Cada vez mais a violência foi adquirindo valor negativo: “A violência não constrói, a violência só destrói”. E, então, a violência passou a ser mundialmente condenada.

Vejo que tivemos uma longa história. Nos conflitos de qualquer natureza, de gênero, geração e riqueza, os conflitos em torno do meio ambiente... todos eles têm a sua razão de ser e têm a sua legitimidade. O que cada vez mais é pensado como ilegítimo é o uso da violência, sobretudo porque

EU ACHO QUE TEMOS QUE FAZER UM ESFORÇO PARA ESGOTAR SEMPRE OS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO, DE CONFRONTO DE IDEIAS, DE PONTO DE VISTA. É PRECISO UM ESFORÇO PARA CHEGAR A ALGUM ACORDO, MESMO QUE PROVISÓRIO, QUE EVITE O USO DA VIOLÊNCIA.

a violência significa o uso de instrumentos que tornam as partes do conflito muito desiguais. Porque se tenho os instrumentos de defesa e de ataque mais potentes, eu vou impor minha vontade contra a de todos os outros. Então, o emprego de qualquer forma de violência aparece associada, em termos de valores

e imagens, com o uso arbitrário da força. Há toda uma geração de intelectuais condenando a violência, e não é sem razão que a obra da Hannah Arendt é, desde os anos 70 do século passado, muito valorizada. Entre outros filósofos, ela vai condenar duramente o uso da violência como instrumento de poder. Vai dizer que onde o poder prevalece, a violência está neutralizada; e onde a violência prevalece, o poder está aniquilado.

Ao mesmo tempo, o que temos visto recentemente são movimentos de diferentes naturezas tentando requalificar o significado da violência, provavelmente porque os tradicionais veículos de mediação não estão mais sendo considerados suficientes para dar conta da nova conflitualidade emergente com o mundo contemporâneo. Então, na ausência desses mecanismos, começa-se a requalificar a ideia

de que talvez a violência seja – em nome de valores tais como justiça, igualdade, liberdade – legítima.

A minha posição é contrária. Eu acho que temos que fazer um esforço para esgotar sempre os mecanismos de mediação, de confronto de ideias, de ponto de vista. É preciso um esforço para chegar a algum acordo, mesmo que provisório, que evite o uso da violência. Porque quando legitimamos a violência, em quaisquer que sejam suas formas ou modalidades, mesmo que sejam políticas, estamos legitimando a violência doméstica, a violência contra negros, contra as mulheres, contra as crianças e os adolescentes, contra homossexuais ou quaisquer outros grupos que possam ser vistos como minorias. No fundo, em nome de valores libertários, acabamos na mesma direção por legitimar outras formas de violência. Como sociólogo, eu posso entender as tendências em curso que procuram uma nova ressignificação da violência, inclusive no âmbito intelectual. Ainda assim, entendo que vivemos na sociedade contemporânea, na qual os mecanismos de mediação de conflitos não se esgotaram completamente. Podemos inventar novos mecanismos, e temos hoje cada vez mais as arenas eletrônicas, que, para o bem ou para o mal, são fóruns de discussão e debate.

Primavera Borelli – A crise que estamos vivenciando no Brasil tem origem na crise política devido ao resultado da eleição presidencial de 2014 ou a origem é econômica em sua base?

SA – Não sou especialista nesses temas tais como crises políticas e econômicas e processos eleitorais. Como sociólogo, acompanho e leio artigos publicados por meus colegas, pesquisadores que se dedicam ao estudo daqueles temas. De tudo o que li e venho acompanhando, creio que a crise brasileira atual é resultado complexo de vários fatores, cenários, situações. Desde meados do século passado, a sociedade brasileira vem conhecendo profundas

mutações que incidem em várias dimensões de sua organização: nos diversos mercados (de bens e serviços, de trabalho e emprego, de bens patrimoniais e financeiros), nas formas de participação e representação social, na composição das classes sociais, na urbanização e estilos de vida, na dinâmica dos partidos e dos movimentos sociais, nas formas de expressão cultural e de reconhecimento de direitos, em especial para grupos tradicionalmente menos protegidos. Essas mudanças vêm se acelerando e se aprofundando desde fins do século passado e nas duas primeiras décadas deste século, fruto, em grande medida, dos rumos dos processos de produção e de distribuição de riqueza e dos rumos da democracia.

Então, por um lado temos uma sociedade que demanda direitos e há uma defasagem entre as demandas e a capacidade do poder público – através de seus agentes e dos serviços públicos – de dar respostas competentes e imediatas. Por outro, creio que nós estamos atravessando um ciclo econômico crítico no mundo inteiro:

os EUA experimentaram crise econômica profunda cerca de 10 anos atrás; hoje, está mantendo um certo equilíbrio. A China, que vinha de um acelerado processo de crescimento e aumento da riqueza interna, já tem demonstrado sinais de desaceleração. Sabemos que a economia mundial depende em grande medida do desempenho da economia chinesa, cuja evolução altera os termos do intercâmbio comercial, industrial e tecnológico entre países nesse mundo cada vez mais globalizado e polarizado. Agora, o Brasil talvez não tenha feito tarefas para garantir a sustentabilidade da sua economia a longo prazo, como tarefas de infraestrutura capazes de reduzir custos de produção e de comercialização e que tornam o país mais competitivo. Não ter cumprido tais exigências no momento certo talvez explique em parte as dificuldades econômicas que estão sendo enfrentadas.

Além disso, acho que nós não investimos adequadamente em Educação. As sociedades que de algum modo têm um padrão de vida mais adequado fizeram elevados investimentos em Educação, não apenas no sentido de elevar o grau de escolaridade de sua população como também – e talvez como preocupação maior – de formar recursos humanos altamente qualificados para responder às demandas por uma sociedade mais justa, mais afinada com as exigências do desenvolvimento autossustentado, com qualidade de vida e respeito ao ambiente. A maior discussão que se tem no Brasil é sobre qual educação é a mais adequada. Claro que é importante discutir se vamos formar mais técnicos ou mais cidadãos, e o ideal é que formemos ambos. De todo modo, as pessoas têm de saber o básico – se expressar bem, escrever, fazer as operações básicas e ter conhecimento sobre Ciência. Caso não for à universidade, o cidadão deve ter direito a um ensino técnico que lhe assegure oportunidade no mercado em condições de respeito à dignidade de todo e qualquer trabalhador. O desafio da Educação continua sendo um grande desafio para o Brasil.

Outro aspecto a ser pontuado diz respeito ao esgotamento das formas tradicionais e convencionais de se fazer política no Brasil. Por mais que a democracia tenha avançado, ela ainda convive com traços de patrimonialismo muito fortes. Embora se diga que toda a democracia requer equilíbrio entre poderes, que é preciso fazer negociações pra contornar problemas e atender, ao menos parcialmente, demandas de grupos de interesses. Ainda seguimos muito o modelo do “toma-lá-dá-cá”. Isso faz com que muitas vezes a cooperação política seja conquistada por meio de negociações de cargos e de determinados benefícios para atender demandas específicas de grupos determinados, não raro em prejuízo de maiorias.

Eu acho que a sociedade avançou e está mais consciente dos seus direitos. No entanto, há uma crise flagrante nas relações entre governantes e governados. Os governados não se reconhecem mais em seus governantes e as eleições não têm sido garantia de identificação entre governantes e

governados. Isso é crítico para uma sociedade democrática que está fundada na legitimidade das instituições públicas e políticas e nos agentes ou atores encarregados de aplicar leis, distribuir justiça, implementar políticas públicas e sociais. Para que a sociedade funcione é necessário que os indivíduos reconheçam que as autoridades têm funções constitucionais formalizadas nas leis às quais eles devem obedecer. Mas obedecer não pode ser apenas resultado de pressões externas; deve resultar, sobretudo, de uma convicção dos cidadãos de que obedecer, em sociedades democráticas, é antes de tudo uma virtude, assim como resistir à opressão é outra de suas exigências. À medida que obedecemos, nosso direito e o direito dos outros estão garantidos. Contudo, para isso, precisamos confiar nos representantes políticos, nos agentes públicos e no papel das instituições. Se não logramos confiança seja em agentes seja em instituições, é porque nos encontramos diante de crise de legitimidade. Eu acho que esse é, em grande parte, o problema que nós estamos vivendo hoje no Brasil.

Nas últimas campanhas presidenciais e nas eleições de representantes em todos os níveis (municipal, estadual ou federal), temos visto fabricação de candidatos com o apoio na manipulação de informações e imagens. Em si, essa tendência contemporânea – que, por certo, não é específica do Brasil –, se revela um problema, porque muitos desses candidatos não revelam dispor da sustentação política que as campanhas faziam crer aos eleitores, causando sobressaltos à governabilidade por um período de quatro anos. Não é um processo recente. Não aconteceu apenas nas últimas eleições de 2014. Se fizermos um histórico, veremos que tais tendências são mais antigas, basta para tanto uma vista d’olhos na composição de nossas casas parlamentares. É claro que as casas parlamentares devem representar todas as tendências da sociedade brasileira, inclusive os conservadores. Mas quando o tom conservador predomina sobre outras tendências mais progressistas, então começamos a ver que tais tendências vêm tornando a sociedade brasileira refratária a mudanças societárias e políticas capazes

de aprofundar a democracia, reduzir desigualdades, assegurar direitos para maior número.

Waldenyr Caldas – *Há uma grande preocupação no nosso país com a possibilidade de a presidente Dilma receber o impeachment do Congresso Nacional. Para a consolidação da democracia brasileira, isso é um óbice e talvez até mesmo um retrocesso. Os quadros do PT certamente chamarão a sociedade a ir às ruas defender a presidente "em nome da democracia". O Poder Executivo, a cada dia que passa, está mais enfraquecido e isolado e já não tem maioria no Congresso há muito tempo. Enfim, vejo que não é apenas a saúde do país que está doente, a democracia também. O que você pensa sobre essas questões?*

SA – Essas questões são muito complexas. Primeiro de tudo, vamos lembrar que o *impeachment* está previsto na constituição. Então, em princípio, por sua natureza, não é um ato anti-democrático ou um instrumento de golpe na constituição do país. Não foi pensado pelo legislador para desalojar do poder governantes eleitos democraticamente, porém instrumento para, justamente, salvaguardar a democracia contra governantes que a ameaçam com atos arbitrários, contrários à Constituição e às leis. É um recurso extremo quando os demais instrumentos da política são incapazes de conter ou limitar o arbítrio do poder político. Nesse sentido, é um instrumento passível de ser empregado quando a irresponsabilidade do governante se tornou irremediável, impossível de ser suportada porque põe em causa a regularidade da vida institucional do país, provoque cesura decisiva nas relações entre governantes e governados e conduza ao perigo iminente de guerra civil.

O problema, portanto, é ter clareza das circunstâncias de fato em que esse instituto extremo venha a ser aplicado. Eu acho que o *impeachment* se justificaria caso aquelas condições tivessem sido

POLÍTICA É UMA ARTE DE INVENÇÃO. É O EXERCÍCIO PERMANENTE DE ENCONTRAR SAÍDAS EM SITUAÇÕES DE ADVERSIDADE. NÓS PRECISAMOS APOSTAR QUE NOVAS IDEIAS E ARRANJOS SERÃO ENCONTRADOS A FIM DE EVITAR ESSA SOLUÇÃO EXTREMA QUE É O IMPEACHMENT.

preenchidas. Pessoalmente, eu não estou convencido de que elas tenham sido; acho que há problemas de governabilidade graves, mas não creio que haja problemas de responsabilidade, tal como claramente definidos em nossa Constituição. Há um debate político e jurídico, e temos que explorar todas as nuances desse debate para poder entendê-lo melhor. Agora acho que nós estamos em um momento de crise institucional. Sintoma dessa crise pode ser expresso na seguinte questão: quem vai julgar a proposta de *impeachment* é o Congresso. Esse congresso está sendo dirigido por políticos que também estão sob suspeição de haver cometido crimes. Como uma autoridade que não está isenta de acusações – ainda que tenha todo o direito à defesa e ao julgamento justo – pode se colocar em

posição de poder julgar? Portanto, há que se encontrar outras saídas institucionais que garantam a governabilidade. Estamos diante de um cenário político muito complexo e cujo desafio requer asas à imaginação política. Por isso é preciso adensar o debate político, que não seja nem muito inflamado e apaixonado, por

que cada vez que o debate fica apaixonado, ele tende a ficar mais polarizado; a sociedade brasileira jamais foi tão polarizada, exceto em breves conjunturas. A sociedade brasileira, sobretudo em sua contemporaneidade, é constituída de nuances, de diferentes pontos de vista, de diferentes modos de vida. Não dá para dizermos que o responsável pela crise é este ou aquele partido. O sistema partidário no país esgotou suas potencialidades há muito. Certamente, vamos encontrar políticos e atores institucionais comprometidos com a causa pública em todos os partidos, assim como outros tantos que têm projetos pessoais de poder e que não representam interesses majoritários dos cidadãos.

A democracia permite alternar grupos no poder para que se possa avançar, no sentido de encontrar propostas e políticas públicas que protejam os

cidadãos e cidadãs procedentes dos mais distintos grupos e classes sociais como também contribuam para o bem comum, para a vida solidária e pacificada. A questão da governabilidade é complexa por causa disso tudo: é necessário gerir o dia-a-dia de cada um em particular, mas também planejar a sociedade para o futuro. É preciso lidar com todos esses projetos antagônicos e saber mediar.

Política é uma arte de invenção. É o exercício permanente de encontrar saídas em situações de adversidade. Nós precisamos apostar que novas ideias e arranjos serão encontrados a fim de evitar essa solução extrema que é o impeachment. Até porque a sociedade está dividida com relação a isso. É muito diferente da situação anterior, do ex-presidente Collor, no qual havia uma grande maioria convencida de que o presidente havia perdido toda a legitimidade para governar. Hoje o caminho do impeachment não é consensual; a sociedade está dividida. Para chegar a esse extremo, é preciso que uma grande maioria tenha se convencido de que é a melhor solução, apesar de ser a mais dolorosa. Mas para isso nós temos muito chão pela frente. Eu, pessoalmente, acho traumática essa solução neste momento. Como cidadãos, precisamos encontrar um caminho mínimo que possibilite avançar.

Bruno Padovano – *Qual a relação entre cidadania e as instituições nacionais vigentes, em uma sociedade líquida globalizada?*

SA – A globalização é um fato contemporâneo. O problema é saber como lutar dentro desse processo de globalização, conseguir se apropriar do lado positivo dessa globalização e resistir aos seus efeitos desestabilizadores. Respondendo à sua pergunta, eu acho que nós vivemos em um período de sucessão de crises, desde a história moderna. Nós tivemos muitos mortos, momentos internacionais com muitas dificuldades, momentos nacionais críticos. E acredito que sempre há possibilidade de saídas, mas para isso é preciso se reinventar. É claro que neste momento, especialmente no Brasil – mas não somente nesta sociedade – está muito difícil encontrar saídas plausíveis, pois nós não estamos

conseguindo assimilar essa nova perspectiva de sociedade em emergência. Estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais individualista e cada vez mais rarefeita, muito instável. Antigamente, podíamos planejar a sociedade para os próximos 50 anos. Hoje, com toda a rapidez dos processos tecnológicos, a exigência de se pensar 20 anos à frente parece inócua.

Eu tenderia a dizer que as sociedades vão inventar novas soluções, mas para isso é preciso que tenhamos liderança e entidades políticas, culturais e sociais capazes de ler os processos à frente para decifrar os acontecimentos e clarear os caminhos. Eu não acho que a cidadania está condenada, ou que estamos condenados a uma vida sem sentido. É possível encontrar novos sentidos para a existência, mas isso requer timing, e certamente será um processo longo que envolverá gerações. Mas já passamos crises profundas e difíceis. Eu não vejo porquê não consigamos encontrar outros caminhos para superação dos problemas atuais. Agora eu não estou vendo quais são, mas nós vamos encontrá-los.

Isadora Vitti – *Hoje vemos nas manifestações reivindicações diferentes unidas no mesmo protesto. Como vê as manifestações atuais na construção da cidadania e de um sentimento coletivo?*

SA – Hoje é tudo muito complexo. Antigamente, digamos, há meio século, movimentos coletivos ganhavam maior densidade com maior número de pessoas envolvidas. Hoje, três pessoas formam um coletivo em uma rede mundial eletrônica. O problema que eu vejo é o seguinte: nós estamos vivendo uma era em que os objetivos das ações políticas não são muito claros. No passado recente, era mais plausível entender as lutas sociais e políticas porque os atores sociais – fossem empresários, governantes, estudantes, políticos profissionais, formadores de opinião, professores, pesquisadores da Universidade – tinham objetivos claramente formulados e discerníveis no horizonte da vida pública. Por isso, para as ciências sociais, era possível compreender como se davam os jogos em situações concretas, pois se lidava com atores com interesses claros,

mesmo quando suas ações políticas fossem caracterizadas por paradoxos e ambiguidades. Hoje já vivemos em uma sociedade pluralista, com a liberdade de se posicionar e escolher, mas ao mesmo tempo as pessoas se revelam insatisfeitas e frustradas. Muitas vezes preocupadas com a sua própria identidade, não são mais capazes de se solidarizar com o sofrimento e a dor dos outros. A sociedade está cada vez mais fragmentada, o que se passa na periferia é como se não fosse problema meu. Viver em uma sociedade é compreender que há pessoas que vivem em diferentes condições de vida, e que alguns têm mais privilégios que outros. Como construir uma convivência comum que seja básica para todos é o segredo de uma vida democrática.

Do ponto de vista político, acho que é preciso desarmar os radicalismos de toda a natureza (à direita e à esquerda), e evitar as opiniões dicotômicas. A vida não é assim. Nós temos que somar forças para garantir uma vida comum. Por exemplo, eu posso não utilizar a ciclovia, mas é uma demanda legítima e necessária, apesar de interferir no meu espaço. Assim como os pedestres que já tiveram seu espaço ocupado por carros. Então precisamos conciliar e tentar viver com essas diferenças de uma maneira que essa experiência seja enriquecedora e faça com que convivamos com o mínimo de respeito e dignidade mútua: esse é o segredo da vida democrática.

Nós estamos vivendo em um momento difícil, mas isso não significa que estamos vivendo à beira de uma desintegração social irreversível.

Diana Helena de Benedetto Pozzi – *Considerando que as Américas foram descobertas na mesma época e colonizadas de forma parecida, o tipo de colonização ocorrido teve qual importância na formação de “cidadanias” tão diversas?*

SA – A colonização é um fato, não há como negar. Quando se fala da América Latina e de suas

singularidades, precisamos considerar que os povos indígenas viviam aqui antes das sociedades coloniais terem sido criadas. Na verdade, os colonos foram invasores. Apesar disso tudo, houve um modelo de sociedade e de cultura ocidentais que se implantou aqui. Apesar de termos sido colonizados por povos ocidentais, nós (latino-americanos) temos nossas singularidades, temos leituras específicas do direito e da justiça, da vida em comum, dos hábitos alimentares e de vida. A questão a ser pensada é como não negar essa herança, mas transformá-la em algo positivo? É certo que é preciso reconhecer o lado opressivo da colonização, a destruição de populações nativas – de suas raízes, línguas, cultura e sistemas religiosos, de suas identidades. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que temos uma profunda identidade nativa – do ponto de vista da nossa identidade étnica – da nossa cultura, de valores, hábitos e religiosidade que foram integrados ao nosso cotidiano, independentemente das diferenças regionais.

Criticar a colonização é criticar o lado opressor da colonização. Ao mesmo tempo, é também recuperar essa invenção e reunir elementos cosmológicos dessas culturas ocidentais e não-ocidentais, preservando aquilo que de mais original foi herdado de nossa cultura nativa.

Bruno Padovano – *Como a questão indígena no Brasil se insere na questão da cidadania?*

SA – Primeiramente, precisamos reconhecer que os nativos são a origem da nossa sociedade e da nossa cultura. Eles já estavam aqui. Frequentemente dizemos: “os índios brasileiros”. Os índios já estavam aqui antes do Brasil, falar “índio brasileiro” é algo no mínimo antropológicamente impreciso. O que eu acho é que precisamos ter um ensino nas escolas que valorize e preserve essa nossa origem e herança. Nós não conhecemos a história dos indígenas na América Latina e no Brasil. É claro que

os currículos escolares mudaram, quando comparados à época em que estudei (dos anos 60 aos 90 do século passado), porém a transmissão dessa história e desse conhecimento ainda é muito limitada. Por exemplo, toda a contribuição africana à cultura brasileira ainda é muito pouco estudada. Nós precisamos de uma socialização política que tome nossas identidades de origem como um símbolo de orgulho e não de vergonha. Precisamos incorporar em nossa identidade que nós somos de origem africana, indígena, assim como dos europeus que estiveram aqui. Isso precisa se transformar em um objeto de integração e de reconhecimento e não de desprezo. Isso ainda se faz pouco, nós mesmos conhecemos pouco a história indígena.

Isadora Vitti – *Qual é o trabalho do NEV (Núcleo de Estudos sobre Violência da USP) e quais as pesquisas atuais que estão sendo desenvolvidas no âmbito da cidadania?*

SA – O Núcleo foi criado no período da transição da ditadura para a democracia e a nossa experiência como intelectuais era caracterizar e demonstrar que, em toda a sociedade em que a democracia se consolidou, houve processos sociais que resultaram na pacificação interna da sociedade. Simultaneamente à transição da ditadura para a democracia e depois com a consolidação democrática, nós seremos expectadores, quando não vítimas, de verdadeira explosão de conflitos em inúmeras áreas da vida associativa. Um deles é o crescimento dos crimes e da delinquência, em especial o crescimento dos homicídios. Não se pode viver em uma sociedade democrática se a vida não é valorizada e garantida para maior número. Se eu vivo em bairro da cidade no qual a taxa de homicídio é 0,01% por cem mil habitantes e os bairros do outro lado da cidade tem uma taxa, por exemplo, em torno 100 homicídios por cem mil habitantes, então posso argumentar que a democracia não está garantida, porque o princípio básico de direito à vida não está sendo respeitado para todos os cidadãos e cidadãs que vivem nesta sociedade. O Núcleo sempre teve um papel muito destacado em procurar entender

os motivos para o crescimento no número de homicídios, bem como o impacto dos homicídios na crença dos cidadãos nas instituições responsáveis por essas mortes com o propósito de evitá-las no contexto do Estado Democrático de Direito.

Outro fato que chamou a atenção dos pesquisadores do NEV-USP foi o crescimento do crime organizado no país, também com seus efeitos no crescimento das mortes, quanto o impacto que causou na vida dos bairros, das prisões e das instituições. Sabe-se que, sobretudo na América Latina, o crime organizado desestabiliza as instituições democráticas e coloca a democracia em risco. Então, se precisar usar a força indiscriminada para conter o crime organizado, se está comprometendo o Estado Democrático de Direito. Além do crime organizado, o NEV também chamou a atenção para uma verdadeira explosão de conflitos nas relações interpessoais: briga de vizinhos, de casal, pais e filhos, *bullying*, como reações ao andamento das mudanças em curso na sociedade brasileira.

Então, vejo que nós temos um problema, do qual o Núcleo sempre se ocupou, que é tentar entender primeiramente o que se passa na sociedade e o que explica o crescimento da violência. Além do mais, temos nos preocupado em examinar como é que as pessoas percebem a violência. Como elas percebem o risco que é viver em uma sociedade em que os direitos não estão assegurados e como elas enfrentam o dia a dia junto às instituições? De que modo os cidadãos vivem a experiência de uma sociedade democrática e como o Estado responde às demandas por justiça, direitos humanos, democracia e pacificação pessoal? O tripé que move os projetos institucionais, inclusive os de pesquisa repousa em entender: a) a dinâmica da sociedade brasileira que viu os crimes violentos crescerem em espaço de quatro décadas como também as graves violações de direitos humanos; b) as respostas do Estado sob a forma de políticas públicas de segurança e de proteção de direitos humanos; e c) as representações dos distintos cidadãos a respeito dos direitos humanos, em especial aqueles que envolvem o reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos

e atribui responsabilidade aos agentes públicos e às instituições para consolidar tais direitos.

Atualmente, o NEV-USP, um CEPID da FAPESP, está desenvolvendo um projeto institucional em três dimensões: pesquisa, educação e disseminação do conhecimento, inovação e transferência de tecnologia. O projeto de investigação aborda a questão que sempre esteve presente em nossas preocupações. Constatamos, em inúmeras oportunidades, baixa confiança dos cidadãos em suas instituições e em seus agentes encarregados de aplicar políticas públicas. Baixa confiança pode levar a um fenômeno mais complexo que é crise de legitimidade e legitimação social. Por que muitos cidadãos não confiam nas leis e nas instituições do sistema de justiça para restituir paz à sociedade brasileira? Para tanto, com base em detido exame da literatura internacional, constatamos que a confiança e a legitimidade tem a ver com o dia a dia das relações entre governantes e governados, entre cidadãos e os agentes públicos encarregados de implementar políticas públicas. Mais do que caracterizar esse fenômeno é preciso explicá-lo, o que exige conhecimento empírico refinado a respeito dos processos de socialização legal a que os cidadãos estão submetidos desde a infância. Portanto, foi preciso realizar um desenho de pesquisa que inovasse em três direções: a) focalizasse o dia a dia dos cidadãos em suas demandas junto às instituições públicas, em especial às do município que lidam com os problemas cotidianos assim como o comportamento dos agentes públicos como respostas a tais demandas; b) focalizasse processos de socialização, com foco especial para pré-adolescentes e adolescentes, pois esta é uma fase crítica para a internalização de princípios de autoridade e de respeito às leis; e c) por ser processual, requereu pesquisa longitudinal, o que propõe complexos problemas de acompanhamento dos mesmos sujeitos observados em sucessivos períodos de observação em campo. Os resultados serão progressivamente disseminados e devem contribuir para formulação de políticas, em especial educacionais, voltadas para ampliar a confiança dos cidadãos em suas instituições.

SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU *professor titular e diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) – e-mail: sadorno@usp.br*

DIANA HELENA DE BENEDETTO POZZI *professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP) e editora responsável da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: revistacultext@usp.br*

BRUNO ROBERTO PADOVANO *professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP*

PRIMAVERA BORELLI *professora titular da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (FCF-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*

SUZANA HELENA DE AVELAR GOMES *professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*

WALDENYR CALDAS *professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editor associado da Revista de Cultura e Extensão USP*

ISADORA VITTI *graduanda em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e repórter da Revista de Cultura e Extensão USP – e-mail: vittidora95@gmail.com*